

A longa trajetória rumo ao sonho inacabado

Tancredo Neves foi produto de 50 anos de história, mas sua trajetória, de vereador em 1934 a Presidente da República eleito a 15 de janeiro, é um movimento ascendente sobre fatos e circunstâncias. Em momentos como as crises de 1954, 1961 e 1964, quando foi jogado, como dizia, "no centro do furacão da história", Tancredo manteve intactos dois princípios: jamais servir a ditaduras e fazer oposição sem esquecer que, do outro lado, está um governo que precisa funcionar.

Na ilusória euforia criada com a promulgação da Constituição de 1934, o jovem Vereador Tancredo Neves fez sua iniciação política. Presidente da Câmara Municipal de São João del Rei — cargo que à época equivalia ao de prefeito —, teve uma gestão operosa. Providenciou a construção de pontes sobre o Rio das Mortes, deu combate aos mosquitos que infestavam a cidade, mandou calçar ruas e idealizou a hidrelétrica de Itutinga, concretizada anos mais tarde.

O talento de conciliador e articulador, que o consagraria anos adiante, foi lapidado ainda no berço político de São João del Rei. Tancredo formou-se no Partido Progressista, embrião do PSD mineiro, criado para defender interesses de proprietários rurais e da classe média das pequenas cidades.

No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas deu o golpe que instalou a ditadura do Estado Novo. Tancredo reuniu a Câmara, comunicou que não havia mais Poder Legislativo e partiu para a oposição na única tribuna que lhe restava, a banca de advocacia. Como advogado, conheceu as prisões do Estado Novo, por defender ferroviários em greve (1937) e um movimento de estudantes (1939).

Com a redemocratização de 1945, Tancredo já reunia bagagem para tornar-se um dos mais brilhantes quadros do nascente PSD mineiro. Chegou à Assembléia Constituinte do Estado como penúltimo colocado (5 mil 266 votos) na lista de eleitos, mas acabou relator da Constituição de Minas. Iniciada a legislatura ordinária, tornou-se líder da oposição ao Governador Milton Campos, da UDN. Nessa época conheceu Juscelino Kubitschek, que se preparava para chegar ao Governo mineiro. Dele recebeu a incumbência de articular a aliança entre o PSD e os pequenos partidos, decisiva para a vitória de Juscelino, em 1950.

Credenciado por esse êxito, Tancredo saltou para a Câmara dos Deputados, em 1951. Getúlio Vargas estava no início do mandato de Presidente constitucional e se via acossado pela oposição da UDN, ramificada nos quartéis. No segundo ano de mandato, o líder do Governo, Deputado Gustavo Capanema, depois de ouvir recusas dos parlamentares mais experientes do PDS, entregou ao novato Tancredo a tarefa de defender o primeiro veto de Vargas a um projeto vindo da Câmara.

A oratória de Tancredo manteve o veto — e lhe abriu as portas do Palácio do Catete. Vargas sentiu que estava diante de um político promissor e procurou mantê-lo em sua órbita, recebendo-o para conversas. Numa delas, perguntou de sopetão o que Tancredo achava de seu ministério. A resposta também foi fulminante: "O Sr fez uma campanha populista e tem um ministério de tubarões. O Sr pegou todas as grandes fortunas do país e colocou no ministério. Pregou o populismo e governa com o monetarismo".

Vargas aguardou a oportunidade, que chegou com a reforma ministerial de 1953, e entregou o Ministério da Justiça a Tancredo. A crise que levaria o Presidente ao suicídio já era inevitável. Tancredo, que tinha 43 anos, ponderou que o cargo deveria ser entregue a um político mais calado. A resposta foi seca: "Não vamos perder tempo. O ministro é você mesmo". Quando as eleições parlamentares de 1954 se aproximavam, Tancredo quis desincompatibilizar-se para disputar novo mandato de deputado federal. Vargas

apelou: "Gostaria que você continuasse comigo até o fim. Não se preocupe com sua carreira política, que vou cuidar dela".

Em depoimento aos repórteres Villas-Bôas Corrêa, Antônio Carbone e Lourenço Dantas Mota, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1978, Tancredo disse que sentiu no apelo "o prenúncio de uma quadra dura e penosa". Na madrugada de 5 de agosto de 1954, um atentado contra Carlos Lacerda, que como jornalista comandava a oposição a Vargas, resultou na morte do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz.

No dia 23 de agosto, os chefes militares exigiram a renúncia do Presidente. O ministério foi convocado ao Catete, para uma reunião de emergência que varou a madrugada. Tancredo e Oswaldo Aranha propuseram a resistência ao golpe, mas Vargas disse que decidira licenciar-se e incumbiu seu Ministro da Justiça de redigir a nota que comunicaria o afastamento da Presidência até a apuração da morte do Major Vaz. Recolhido a seus aposentos, suicidou-se com um tiro no peito. Tancredo ainda o viu agonizante:

— Subimos correndo ao quarto do Presidente, o Benjamin Vargas, o General Caiado de Castro e eu. O Presidente estava com o revólver na mão, o corpo para fora da cama e o sangue jorrando. Encerrou-se ali um ciclo da história do Brasil.

Com a caneta de ouro dada por Getúlio após a reunião ministerial — talismã do qual não mais se separaria — Tancredo acompanhou Vargas até o sepultamento, na cidade gaúcha de São Borja. No cemitério, com um violento discurso contra o Governo de Café Filho, Vice-Presidente que assu-

A candidatura JK, nascida no enterro de Vargas, adiou a ditadura

mira com apoio da UDN, Tancredo pressentiu a ameaça da ditadura e apontou o caminho a seguir.

— Após o sepultamento de Getúlio, o Aranha, o Jango (João Goulart) e eu nos reunimos para analisar a situação política e nossa conclusão foi a de que caminhávamos para a ditadura. O Governo do Café Filho era na realidade o Governo do Brigadeiro Eduardo Gomes e do Juarez Távora, homens dispostos a um Governo forte no Brasil, o que veio a se confirmar em 1964. Prevíamos em 1954 o que aconteceu em 1964. Pareceu-nos que era essencial, para assegurar as eleições de 1955, o lançamento de uma candidatura à Presidência, e que o candidato devia ser do PSD e pertencer a um grande Estado. Nossa conclusão foi a de que o candidato deveria ser o Juscelino.

De volta ao Rio, Tancredo cumpriu o restante do mandato na Câmara, dedicando-se à articulação da candidatura de Juscelino, que sairia vitoriosa em 1955. Em 1956, depois de uma passagem pela direção do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, assumiu, já no Governo de Juscelino, a direção da Carteira de Redescostos do Banco do Brasil. Dois anos depois tomou posse na Secretaria de Finanças de Minas, com olhos voltados para a sucessão do Governador Bias Fortes.

A tentativa de alcançar o Governo de seu Estado foi frustrada por Magalhães Pinto, que impôs, a Tancredo, em 1960, a única derrota nas urnas. Juscelino o socorreu com a nomeação para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, onde



Tancredo só permaneceu um mês, até a posse de Jânio Quadros na Presidência da República.

Tancredo estava recolhido a Minas quando, na manhã de 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou. Um apelo do presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzili, trouxe Tancredo de seu recanto mineiro para o centro da crise. Mazzili lhe confiou a missão de ir a Montevideu e convencer o Vice-Presidente João Goulart, sucessor constitucional de Jânio mas vetado pelos militares, a aceitar a Presidência no sistema parlamentarista, que acabava de ser aprovado pelo Congresso. "Disse-lhe que tinha duas opções: chegar à Presidência com a emenda parlamentar ou chegar a Brasília com as botas manchadas de sangue", contou Tancredo, ao revelar como conseguiu dobrar Jango.

Fiador da saída que evitou a guerra civil, Tancredo assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Sua indicação obteve no Congresso 259 votos contra apenas 22. A pretexto de desincompatibilizar-se para concorrer a novo mandato de deputado federal, Tancredo demitiu-se da presidência do Gabinete, em junho de 1962. Sabia que a volta ao

presidencialismo era questão de tempo, pois as candidaturas à sucessão prevista para 1965 estavam nas ruas.

A breve experiência parlamentarista terminou no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que restaurou o presidencialismo. Durou, entretanto, o bastante para Tancredo apresentar, em seu plano de 1961, a saída de um "real governo de união nacional", num momento em que, como agora, dívida externa, inflação e desemprego deixavam a nação em estado de angústia.

Em 1961, Tancredo tinha projetos de emergência para aumentar a oferta de empregos, construir casas populares, socorrer a economia do Nordeste e fazer a reforma tributária — fórmulas que voltaria a apresentar quando esteve a um passo da Presidência da República. Sem fugir aos temas candentes da época, ele propôs a legislação do controle da remessa de lucros por empresas estrangeiras instaladas no país.

Iludido pelo resultado do plebiscito que lhe devolvera os poderes do presidencialismo, Jango lançou-se em seu programa de "reformas de base", com as quais pretendia mudar a face econômica e social do país. Para dar susten-

tação política às suas ambições, tentou ressuscitar a aliança entre seu partido, o PTB, e o PSD. Chamou Tancredo e lhe confiou a liderança do Governo na Câmara.

Como na época de Vargas, Tancredo pressentiu a tormenta. A conspiração já tomara corpo nos quartéis e associações empresariais, no Congresso, uma ala do PSD bandeira-se para o lado da UDN. Jango reagiu com o apelo direto às massas, que o levou ao Rio para o comício de 13 de março de 1964. Embriagado pelos brados e faixas que tivera à sua volta na Central do Brasil, o Presidente ignorou a advertência de Tancredo: "Não pense que você vai ter um afastamento do Governo como o do Jânio. O que vem por aí será uma revolução de consequências muito profundas, sobretudo porque vem com uma carga de ódio arrasadora".

No dia 1º de abril, Goulart estava deposto. Tancredo o acompanhou até a porta do avião, rumo ao exílio. A abominação pelas ditaduras o levou a ousadia: foi o único deputado do PSD que não votou no Marechal Castello Branco, seu amigo desde a mocidade, em Belo Horizonte. Depois, Tancredo viria reconhecer que escolha de Castel-

lo para primeiro Presidente do regime militar livrou o país de "uma nochetada mais infamante do aquela do Chile".

Tancredo começou a caminhada rumo ao longo inverno de 20 anos na Oposição convicto de que, como em 1937, cumpria o destino de vítima dos retrocessos políticos. Seu nome esteve para entrar nas listas de cassações, mas as ameaças não lhe dobraram a altivez. Quando Castello, em 1965, decretou a extinção dos partidos, o Governador Israel Pinheiro — que tivera a posse ameaçada por causa das ligações com Juscelino — liderou o cortejo dos expeditistas mineiros que aderiram a Arena, o partido do Governo. Tancredo seguiu o caminho inverso do MDB.

Pelo MDB, reeleger-se deputado federal com 55 mil 209 votos, a segunda votação na bancada oposicionista de Minas. Em 1970, nas trevas do Governo do General Garrastazu Médici, renovou o mandato de deputado federal com 57 mil 094 votos, assumindo a primeira posição no MDB mineiro. Voltou à Câmara em 1974 com 71 mil 950 votos, a terceira maior votação da representação mineira de seu partido. Quatro anos depois, Tancredo chegou ao Senado, trazendo 1 milhão 267 mil 500 votos.

A máxima do conciliador: "As idéias é que brigam, não os homens"

Consagrado nas urnas, Tancredo nunca deixou que a opção oposicionista o impedisse de compreender que a administração pública deve funcionar, independentemente de partidos. Deu prova disso durante o Governo Ernesto Geisel, quando presidia a Comissão de Economia da Câmara. O Governo enviou o projeto da Lei das Sociedades Anônimas e teve no emedebista Tancredo um guardião que garantiu sua aprovação sem emendas.

Com a extinção do bipartidarismo, em 1979, Tancredo aliou-se ao adversário Magalhães Pinto e fundou o Partido Popular, que nascia para compor com o PDS a base de sustentação política à abertura democrática prometida pelo Presidente João Figueiredo. A abertura estancou quando Figueiredo, aconselhado pelo SNI, impôs o pacote de novembro de 1981, que proibiu as coligações partidárias e exigiu voto vinculado para as eleições que se realizariam um ano depois. Tancredo abandonou o projeto do PP e foi para o PMDB, ao reencontro de seus antigos companheiros do MDB.

Realizadas, pela primeira vez desde 1965, as eleições diretas para governadores, Tancredo viu concretizado, em 1982, o sonho que tivera 22 anos antes. Antes da posse no Governo de Minas, foi ao Senado para fazer o discurso de despedida — e deixou lá um exemplo antológico de oratória parlamentar, que mostra a presença dominante da conciliação na história política do país. O único aparte contrário veio de José Sarney, a quem receberia como candidato a Vice-Presidente em sua chapa citando uma de suas máximas: "As idéias é que brigam, não os homens."

No dia 14 de agosto do ano passado, Tancredo renunciou ao Governo de Minas, para cumprir a suprema destinação que lhe reservara a história: Presidente da República e condutor da transição pacífica de um regime autoritário para a democracia. Para tanto, só lhe faltou a vida.